

**JORNALISMO DE DADOS COMO MECANISMO DE LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO:
ANÁLISE RETÓRICO-DISCURSIVA DOS NÚMEROS**

Kelly De Conti Rodrigues¹

Resumo:

Com o passar dos anos, a incorporação de dados numéricos em matérias jornalísticas ficou mais recorrente e ganhou ares de legitimação do discurso. Ocorre uma espécie de tentativa de tornar essa ciência social em uma ciência exata capaz de transmitir um reflexo na realidade. Essa construção narrativa por meio de números, contudo, passa por seleções e interpretações do profissional, o que influencia a produção discursiva. O objetivo desta pesquisa é analisar o uso do jornalismo de dados como mecanismo de legitimação do discurso. Para isso, utilizamos a metodologia da Análise do Discurso de linha francesa no estudo de duas matérias sobre a construção de ciclovias na cidade de São Paulo. Uma delas, intitulada “Morte de ciclistas em SP cresce 34% em 2014”, foi publicada pelo site do Estadão em 1 de maio de 2015. A segunda, divulgada pelo mesmo veículo no dia 19 de setembro de 2014, recebeu a manchete “Número de ciclistas em São Paulo cresce 50% em 1 ano”. A análise permitiu observar como a construção discursiva permite diversas interpretações a partir de diferentes combinações de números e formas narrativas. É essa tensão entre a objetividade e a subjetividade da construção discursiva que guia esta pesquisa.

Palavras-chave: Jornalismo de Dados. Jornalismo de Precisão. Estatística. Mecanismo de legitimação. Narrativa jornalística.

Introdução

A utilização de bases de dados numéricas no jornalismo ganhou mais recorrência sobretudo no final da década de 1960. Nesse momento, houve o desenvolvimento do chamado Jornalismo de Precisão – a partir do qual derivaram as técnicas do Jornalismo Guiado por Dados, conforme ficou mais conhecido atualmente – com Philip Meyer, então repórter do Detroit Free Press.

O jornalista desenvolveu a reportagem *The People Beyond 12th Street* (posteriormente contemplada pelo Prêmio Pulitzer), em 1967, que propunha a utilização de metodologias de pesquisa das Ciências Sociais para conhecer as causas e as características dos participantes de motins urbanos que aconteciam com frequência em Detroit. A cidade passava por um período

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FAAC-UNESP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: decontik@yahoo.com.br.

de distúrbios sociais após uma invasão policial a um bar clandestino em 23 de julho. Esse acontecimento foi o estopim para que outros moradores locais se inflamassem e promovessem manifestações durante cinco dias. O resultado foi a destruição de várias ruas da cidade, além de deixar 43 mortos e 7 mil pessoas detidas. Não se sabia o motivo exato do que ocorreu, mas duas teorias predominavam: 1) Grupos de camadas econômicas mais baixas e com baixo grau de escolaridade causavam esses motins como forma de expressão; 2) Imigrantes, sobretudo descendentes de africanos, do sul da cidade causavam esses motins pois enfrentavam dificuldades para serem assimilados na cultura do norte (ROSEGRANT, 2011, s.p.).

Após passar um ano estudando Ciências Sociais em Harvard, o repórter Philip Meyer participou da cobertura dessas manifestações e sugeriu a aplicação de um questionário baseado em uma amostra representativa da população dos bairros afetados. O resultado mostrou que não havia correlação entre condição econômica e participação nos distúrbios e que os nativos da cidade eram três vezes mais propensos a participar de saques, agressões, homicídios e incêndios do que os imigrantes do Sul (TRASEL, 2014, p. 97).

Anos depois, Meyer publicou o livro “Jornalismo de Precisão”, no qual defende a volta da objetividade às redações – naquele momento, o New Journalism possuía grande espaço nos veículos de comunicação – por meio dos números. O repórter, aliás, defende a cientificidade desse processo.

O novo jornalismo de precisão é um jornalismo científico. (...) Isso significa tratar o jornalismo como se ele fosse uma ciência, adotando método científico, objetividade científica e ideais científicos em todo o processo de comunicação de massa (MEYER, 1991).²

Com o passar dos anos, a incorporação de dados numéricos em matérias jornalísticas ficou mais recorrente e ganhou ares de legitimação do discurso. Essa construção narrativa por meio de números, ainda mais aliada à infografia, passa por seleções e interpretações do profissional. Com o auxílio de computadores, tanto o acesso e a análise de pesquisas quanto a produção de infográficos se tornou mais fácil e frequente nos veículos de comunicação e, como vimos anteriormente, há diversos aspectos que influenciam a produção discursiva dos enunciados que se utilizam desses recursos.

² The new precision journalism is scientific journalism. (...) It means treating journalism as if it were a science, adopting scientific method, scientific objectivity, and scientific ideals to the entire process of mass communication.

Apesar da defesa da objetividade desse tipo de fazer jornalístico, o próprio Meyer (2002, p.19) cita que “os números são como fogo. Eles podem ser usados para o bem ou para o mal. Quando mensurados, eles podem criar ilusões de certeza e importância que nos torna irracionais”³. É essa tensão entre a objetividade e a subjetividade da construção discursiva que guia esta pesquisa.

O jornalismo e seu papel social na legitimação dos discursos

Para construir interesse social, todo discurso depende das condições específicas do contexto no qual se encontra inserido. Conforme questiona Charaudeau (2010, p. 67), como os indivíduos poderiam “trocar palavras, influenciar-se, agredir-se, seduzir-se, se não existisse um quadro de referência?” Sem este instituto norteador, não seria possível atribuir valor aos atos de linguagem e, conseqüentemente, construir sentido e atingir o receptor.

A partir dessa ideia, remete-se que, para ser compreendido por seu interlocutor, o produtor do discurso deve levar em conta “os dados da situação de comunicação”, os quais tomam como base as convenções e normas do comportamento linguageiro da sociedade, que tornam possível a comunicação humana ao gerarem valores e simbologias. “A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico” (CHARAUDEAU, 2010, p.67).

Na mesma corrente de raciocínio, para Bakhtin (1979, p. 282), a palavra é o fenômeno ideológico por excelência, pois carrega uma carga de valores culturais que expressam as divergências de opiniões e as contradições da sociedade, tornando-se assim um palco de conflitos. O autor ainda argumenta que o fundamento de toda linguagem é o dialogismo. Ou seja, todo enunciado é um elo de uma cadeia de enunciados. Em outras palavras, as experiências verbais realizadas anteriormente com outros indivíduos está presente em toda manifestação do produtor do discurso. Os sentidos, com isso, não são originários do momento da enunciação, mas fazem parte de um “continuum”.

³ Numbers are like fire. They can be used for good or ill. When measured, they can create illusions of certitude and importance that render us irrational.

Como ato discursivo, o jornalismo também se insere nesse jogo de regulação das práticas sociais. Ele é produto de um lugar social e, bem como ocorre com qualquer outro grupo ou prática humana, também sofre influência dos conflitos que permeiam as trocas do local de sua origem. Os profissionais seguem os parâmetros e procedimentos de trabalho – os quais influenciam o modo de contar as histórias e transmiti-las ao público – desenvolvidos ao longo da história dessa atividade dentro da sociedade em que estão inseridos.

O “poder” de construir esse registro foi conferido aos jornalistas ao longo da trajetória da profissão. Nesse ponto, vale destacar as tentativas de delimitação do que poderia constituir a atividade jornalística e sua inserção no corpo social, conforme destaca Fidalgo (2006). Os esforços para isso se deram, em boa parte, pela negativa:

[...] chamando a atenção menos para aquilo que o jornalismo era e mais para o que ele não era: nem uma tribuna de propaganda política e proselitismo partidário, nem o espaço mais alargado (em termos de difusão pública) para os escritores interessados em publicar as suas crônicas ou os fascículos de seus romances (FIDALGO, 2006, p. 67).

A partir disso, pode-se fazer uma analogia com o tratamento que Michel de Certeau confere à análise histórica. O autor aponta que, para a historiografia, o Outro é o “objeto que ela busca, que ela honra e que ela sepulta”, portando “a única pesquisa histórica do ‘sentido’ permanece, com efeito, a do Outro”. Com isso, ele objetiva enfatizar o fato de que não existe uma pesquisa histórica que não foque a leitura dos discursos deste Outro do passado. Contudo, esse estudo pretende “‘compreender’ e esconder com o ‘sentido’ a alteridade deste estranho ou, o que vem a ser a mesma coisa, acalmar os mortos que ainda frequentam o presente e oferecer-lhes túmulos escriturários” (CERTEAU, 1982, p. 14).

Da mesma maneira, o jornalismo busca um saber sobre o outro e, com isso, é notório que não há jornalismo que não esteja calcado no discurso de outro. A construção desse saber, contudo, também se molda a partir dos silêncios. Como aponta Certeau (1982, p. 14) a respeito da historiografia, “ela faz falar o corpo que se cala. Supõe uma decolagem entre a opacidade silenciosa da ‘realidade’ que ela pretende dizer, e o lugar onde produz seu discurso”. Ou seja, de forma semelhante ao historiador, o jornalista também possui papel ativo na construção dos sentidos do discurso que ele registra, seja no enfoque criado na

narrativa, na elaboração de perguntas, na descrição de cenários e outros elementos composicionais.

Portanto, ao atuar como modelador dos discursos dos atores sociais no contexto em que se encontra, o jornalista tanto é construído como também atua na edificação do lugar social. Ele trabalha com os elementos simbólicos existentes, bem como atua na modificação, reforço ou criação de novos valores, práticas e ideologias.

O jornalista atua tanto como um informante de eventos de interesse social – como os investimentos públicos, novas rotas de trânsito, variações econômicas, atividades culturais etc. – quanto como um vigilante da disciplina da sociedade, cobrindo os fatos que fogem da ordem do cotidiano, como atos que transgridam as normas éticas e/ou legislativas. Michel Foucault, ao tratar dos mecanismos disciplinares utilizados pelas escolas, aponta que, por meio das provas, os professores conhecem seus alunos, descritos, mensurados, comparados a outros, treinados, classificados, normalizados. A atividade prestada pelo jornalismo também atua de forma semelhante ao combinar “as técnicas da hierarquia que vigia e a sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 1977, p. 164). Mesmo que não aponte claramente, por exemplo, que alguma medida governamental está incorreta, o discurso pode deixar marcas do “não-dito” que gerem esse tipo de interpretação por parte do público. Observaremos esse tipo de efeito mais claramente nas análises do corpus selecionado para este trabalho.

Discurso de autoridade do jornalismo e seu efeito de real

O fazer jornalístico pode ser considerado como uma série de “artefatos linguísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e resultam de um processo de produção e fabrico onde interagem diversos fatores” (SOUSA, 2002, p. 13). Dentre esses elementos que servem de instrumento para comunicar fatos da suposta realidade estão textos, áudios e imagens que objetivarão convencer os receptores, conforme discutido no tópico anterior. Por essa razão, “não há nenhum sentido em falar de acontecimentos em si; só se pode falar de acontecimentos sob descrição” (CHARAUDEAU, 2010, p. 103).

Assim como aponta Certeau (1982), a produção discursiva deriva de uma combinação entre a “edificação de um lugar de sentidos” – ou seja, a semantização – e de uma seleção, de maneira que possa ser ordenada uma inteligibilidade por meio de uma normatividade. Isso se deve ao processo artificial da comunicação humana, uma vez que se baseia em “artifícios, descobertas, ferramentas e instrumentos, a saber, em símbolos organizados em códigos” (FLUSSER, 2007, p.89).

Em discursos como o jornalístico, que se reveste de pretensões de narrar a realidade, a organização desses elementos citados tentam criar uma ilusão de correspondência estrita e imediata entre o acontecimento e sua representação. Como descreve Barthes (1988), esse tipo de discurso incorpora determinadas características que, ao tomar a estrutura do “ter-estado-presente” (ou seja, do “aconteceu”, “aquilo que se passou realmente”) como princípio norteador da fala, geram um efeito de realidade capaz de transmitir a ilusão de ser minuciosamente fidedigno ao fato, apenas o representando.

Uma das formas de criar essa impressão, como exemplifica o próprio Barthes, é a tentativa de mascaramento do enunciador, de modo que pareça que os fatos se narram sozinhos, sem a interferência da interpretação e das visões do produtor. Trata-se, portanto, de uma estratégia que busca anular aspectos passionais do enunciador, de forma que as marcas de sua existência não fiquem evidentes no discurso. É um meio, portanto, de criar a ilusão de que se trata de uma narrativa objetiva e fiel à realidade.

Pêcheux (2008) também aborda essa tentativa de ocultamento do enunciador. Para ele, o narrador, ao pensar sobre aquilo que quer dizer, faz uma interpretação do(s) discurso(s) que norteiam a narrativa que irá produzir. A partir dessa ideia, Pêcheux afirma que interpretar é produzir um enunciado que “traduza” o enunciado de origem. Por esse motivo, defende que o ato de descrever se trata de um processo que não pode ser dissociado da interpretação.

Acrescente-se a isso o fato de que toda descrição está exposta ao que Pêcheux (2008, p. 53) chama de “equivoco da língua”, ou seja, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Ou seja, em qualquer discurso, é impossível desconsiderar a presença de um enunciador e sua influência na produção de sentido.

Assim, a realidade observada em textos jornalísticos pode projetar uma imagem que, se analisada mais amplamente, destoará o conteúdo dos textos do objeto às quais se referem. Em resumo,

[...] o texto jornalístico mantém relações com a realidade, mas constrói jornalisticamente um mundo que o leitor pode confundir como sendo o mundo extramental. Na verdade, o jornalismo apresenta aos leitores um tratamento da realidade, mas que pode ser confundido com um retrato do mundo (SILVA, 2006, p. 15).

A partir disso, pode-se concluir que o discurso jornalístico se enquadra no que o filósofo Chaïm Perelman (2005, p. 347) descreve como “argumento de autoridade”. Trata-se de uma forma de indução retórica, utilizada pelo enunciador, capaz de facilitar o processo de persuasão do auditório.

Ele explica que é mais difícil fazer questionamentos sobre os discursos de alguém que tenha credibilidade junto ao público do que aceitar passivamente os apontamentos de um orador que não goze desse prestígio. Por esse motivo, é possível afirmar que o jornalista é alguém que dispõe dessa prerrogativa social para dizer/descrever “a verdade”, com menor desconfiança sobre seus apontamentos. Mesmo que o “eu” não apareça diretamente no discurso proferido, ele está previamente autorizado pela credibilidade da classe dos jornalistas, bem como pode ser corroborado pela confiança sobre a instituição que representa. Ou seja, esse elemento retórico se trata do valor dado aos testemunhos socialmente autorizados. “Esses relatos têm o duplo e estranho poder de mudar o ver num crer, e de fabricar real com aparências” (CERTEAU, 1994, p. 288).

Somando-se a isso, o produtor do discurso jornalístico ainda utiliza vários recursos para aumentar a fidedignidade de sua narrativa. Como afirma Perelman,

As autoridades invocadas são muito variáveis: ora será ‘o parecer unânime’ ou ‘a opinião comum’, ora certas categorias de homens, ‘os cientistas’, ‘os filósofos’, ‘os Padres da Igreja’, ‘os profetas’, por vezes a autoridade será impessoal: ‘a física’, ‘a doutrina’, ‘a religião’, ‘a Bíblia’; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome (PERELMAN, 2005, p.350).

A fotografia é um elemento considerável nesse sentido. Por meio dela, há uma sensação de “congelamento” do fato representado na sua exata forma, portanto inquestionável. Contudo, é sabido que muitos fatores são, evidentemente, influenciadores em

uma narrativa fotográfica, a exemplo do enquadramento. Outro recurso muito utilizado é recorrer a algumas fontes de informação autorizadas, como instituições governamentais e especialistas de determinadas profissões.

Nesse contexto, ganha cada vez mais evidência a utilização de dados numéricos, sobretudo oriundos de pesquisas de instituições de credibilidade perante a sociedade em geral, para legitimar o discurso jornalístico.

Investimento em ciclovias da capital paulista e formas de cobertura midiática a partir dos números

A maneira como os veículos de imprensa cobrem os eventos sociais é um elemento importante para a construção da opinião pública a respeito destes fatos. A forma como o discurso das matérias é articulado determina direcionamentos de leituras a serem tomados. Neste artigo, selecionamos duas matérias para analisarmos os meios como os dados numéricos influenciam as percepções a respeito de um mesmo assunto.

Para isso, utilizamos a metodologia da Análise do Discurso de linha francesa no estudo de duas notícias sobre a construção de ciclovias na cidade de São Paulo. Uma delas, intitulada “Morte de ciclistas em SP cresce 34% em 2014”, foi publicada pelo site do Estadão em 1 de maio de 2015. A segunda, divulgada pelo mesmo veículo no dia 18 de setembro de 2014, recebeu a manchete “Número de ciclistas em São Paulo cresce 50% em 1 ano”.

Antes de tratar dos casos analisados, é importante destacar que a meta do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), de instalar 400 quilômetros de vias exclusivas para ciclistas na cidade gerou polêmica entre aqueles que acreditam ser um avanço e aqueles que não concordam com o investimento econômico nesse projeto. Com isso, os veículos de comunicação ampliaram a cobertura sobre o tema.

Na primeira, a hierarquia escolhida privilegia um aspecto negativo: o aumento do número de mortes de ciclistas em São Paulo no ano de 2014, apesar do investimento municipal. Enquanto isso, a segunda destaca o grande crescimento de ciclistas no mesmo período, o que agrega um aspecto positivo se for considerada a necessidade de melhoria do

trânsito local. Ou seja, a partir do número que recebe maior relevância na matéria já é possível criar um direcionamento de leitura.

A partir do primeiro caso, poder-se-ia questionar a implantação de ciclovias, uma vez que o objetivo seria que ocorresse o oposto. Como aponta a matéria, “o crescimento das mortes acontece paralelamente ao projeto da gestão Fernando Haddad (PT)”. Contudo, seria preciso avaliar alguns outros aspectos. O dado a respeito do número de mortes foi retirado do Relatório de Acidentes Fatais de 2014, da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Pelo relato, houve 47 mortes de ciclistas no ano em questão contra 35 no ano anterior. Mas, se considerado um tempo superior, constata-se queda do número de mortes. Em 2012, foram 53 casos. O ponto levantado aqui, portanto, é que a referência temporal também pode criar variações interpretativas. Se fosse considerado este período, o veículo de imprensa poderia destacar a diminuição dos casos, por exemplo.

Também seria possível considerar o dado em destaca na segunda matéria analisada: houve aumento de 50% no número de ciclistas entre 2013 e 2014. A notícia aponta que, segundo pesquisa divulgada pelo Ibope, “a capital paulista ganhou 86,1 mil ciclistas frequentes - o período coincide, em parte, com a ampliação da malha cicloviária da cidade”. No período, o levantamento apontou que 174,1 mil pessoas usavam bicicletas todos os dias como meio de transporte em 2013, passando para o patamar de 261 mil paulistanos no ano seguinte. Se feita uma proporção dos dois dados, constatar-se-ia uma redução no número proporcional de mortes. Considerando o aumento de 50%, a expectativa, a partir das estatísticas dos anos anteriores, seria de 52 mortes, número superior aos 47 casos. Se utilizada esta perspectiva, o direcionamento da matéria poderia ser outro também, mostrando essa diminuição proporcional.

Outro dado destaca nessa segunda matéria é que “quase nove em cada dez habitantes da metrópole se dizem favoráveis às ciclovias: 88% apoiam as faixas segregadas, mais do que os 86% verificados no ano passado”. Este também poderia ser um aspecto positivo a ganhar manchete.

Considerações finais

O que este trabalho se propôs a discutir, a partir das considerações anteriores, é que a construção discursiva permite diversas interpretações a partir de diferentes combinações de números e formas narrativas. Não se trata de desconsiderar a capacidade do leitor de refutar as ideias principais propostas por um texto jornalístico, mas a busca foi pela análise do poder das variações da estrutura narrativa em possíveis percepções e direcionamentos de leitura.

Colocou-se em evidência, ainda, a ideia de objetividade que se costuma atribuir aos dados numéricos. Contudo, observamos que a combinação de dados faz com que cada um destes ganhe um novo valor. Ou seja, a exemplo do que Maingueneau (2002, p.25) coloca a respeito das citações em um texto, trata-se de “retirar um material já significativo de dentro de um discurso para fazê-lo funcionar dentro de um novo sistema significativo”. Nesse novo contexto, ganham novos valores simbólicos e criam diferentes narrativas possíveis.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BARTHES, Roland. O efeito de real. In: **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Cultrix, 1984.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIDALGO, Joaquim Manuel Martins. **O Lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas**. Tese de doutorado apresentada à Universidade do Minho, 2006.
- FLUSSER, V. **O Mundo Codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FOULCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- _____. **Novas tendências em análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2002.
- MEYER, P. **Precision Journalism: a reporter's introduction to social science methods**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação: a Nova Retórica**. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

SILVA, Marconi. **Imagem e verdade: jornalismo, linguagem e realidade**. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.